

A COOPERAÇÃO, O COOPERATIVISMO E A SOCIEDADE COOPERATIVA: DOS FATOS À LEI.

Luiz Fernando Zen Nora, Prof. Dr. Paulo Roberto Colombo Arnoldi. - Inter-áreas – Direito – Departamento de Direito Privado – Faculdade de História Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

Os estudos da participação de organismos vivos na constituição de unidades maiores apontam para a formação de grupos como um fenômeno próprio do social. Quando uma formiga operária não se reproduz e, em vez disso, ocupa-se de conseguir alimento para todas as crias do formigueiro, é o grupo todo beneficiado, não apenas ela individualmente. Isso acontece como se houvesse um equilíbrio entre a manutenção e a subsistência individual, e a manutenção e a subsistência do grupo como unidade mais ampla, que engloba o indivíduo. O ser unitário, ao formar coletividades, passa a incluir a manutenção dessa estrutura na dinâmica de sua própria manutenção. Como o benefício da vida em grupo é maior, o indivíduo realiza-se ao contribuir para a preservação do ente coletivo (MATURANA; VARELA, 2001, p. 219).

Em sentido amplo, a cooperação surgiu em sua forma mais elementar no momento em que o homem entendeu a precariedade de suas ações isoladas e distintas entre si, na busca dos elementos indispensáveis à satisfação de suas necessidades. Desde então, procurou a colaboração de seus semelhantes para, juntos, enfrentarem as dificuldades empregando diversos métodos para realizar o benefício comum.

A idéia da cooperação e do próprio cooperativismo é tão antiga quanto a humanidade, senão mais. A cooperação entre os seres humanos possibilitou a criação da linguagem. Esta, não se deu por um indivíduo sozinho na apreensão de um mundo externo, mas sim pelas relações humanas tão necessárias à evolução e construção de um mundo em comum, no qual se vê o outro como um igual, ato fundamental à socialização e à humanidade.

Os primeiros hominídeos eram seres que viviam em pequenos grupos ou famílias extensas em constante movimento pela savana, cujos achados fósseis indicam que seu comportamento de transportadores era parte integrante da conformação de uma vida social na qual fêmea e macho – unidos por uma sexualidade permanente e não sazonal como a dos outros primatas – compartilhavam alimentos e cooperavam na criação dos filhos.

Essa constante cooperação e coordenação comportamental teria possibilitado, através da “coordenação comportamental lingüística”, o desenvolvimento da linguagem. Por meio da deriva estrutural, conservando a socialização e a conduta lingüística, foi possível seguir evoluindo para o desenvolvimento da consciência e da mente, heranças que o ser humano carrega até hoje.

A gênese do cooperativismo deu-se com a própria história da humanidade, está aí sua importância para a compreensão de sua verdadeira natureza e possibilidade de transformação da sociedade.

Informalmente, essa cooperação pode se dar quando vizinhos se reúnem em mutirão para preparar a terra, construir uma casa ou realizar outras atividades. Porém, ao elaborar estatutos que regulam essa ajuda, encontramos uma maneira formal de se organizar em associações, sindicatos e sociedades cooperativas.

A maneira social, econômica e jurídica como se pensa o cooperativismo hoje afluíu de fato em 1844, quando 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de Cooperativa. Explorados na venda de alimentos e roupas no comércio local, os artesãos montaram, primeiro, um armazém próprio. Depois a associação apoiou a construção ou a compra de casas para os tecelões e montou uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados.

Neste mesmo século, quase de forma simultânea, surgiram na Alemanha as Cooperativas de Crédito, pelas quais os camponeses e artesãos buscaram libertar-se da usura, e na França surgiram as Cooperativas de Produção para oferecer fontes de trabalho.

Por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, foi fundada na cidade de Londres, em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com o objetivo de criar um órgão representativo mundial que intensificasse o intercâmbio entre as cooperativas dos diversos países no campo doutrinário, educativo e técnico. A idéia era “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale” reunindo cooperativas de diversos países. Desde então o sistema cresceu e hoje encontramos

cooperativas em diversos setores no mundo todo. Somente entre as organizações associadas à ACI encontramos um número de 800 milhões de indivíduos representados.

No Brasil, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), filiada à ACI, que teria como missão representar o cooperativismo e monitorar as cooperativas, emitindo certificados de filiação que garantiriam que determinada cooperativa seria autêntica, isto é, que estaria seguindo os princípios do cooperativismo. A partir da lei 5.764/71, a OCB passou a ter o caráter de entidade para-estatal, sendo nomeada por essa lei como órgão técnico-consultivo do governo federal. A Constituição Federal de 1988 revogou a necessidade de autorização para as cooperativas funcionarem e eliminou a obrigatoriedade de filiação a este órgão.

Em função do sistema legal atual ser fundamentalmente positivista, isto é, baseado em leis escritas e ditas pelo Estado, é necessário levar em conta suas intenções em relação à sua orientação política quanto às questões sociais, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção, fato verificável diante da necessidade de altos gastos nas campanhas eleitorais para que o candidato vença.

Um Estado pode ser hostil às idéias cooperativistas ao estabelecer suas leis, quer por estratégias de constrangimento, quer através de um excesso de permissividade que pode encorajar a banalização e a autodestruição. Pelo contrário, poderá instituir um sistema de relações que procurará o equilíbrio entre a liberdade, vital para a autenticidade cooperativa, e o rigor no modo como garantirá que as cooperativas serão fiéis à sua própria identidade.

A história do cooperativismo nos mostra que ele surgiu independente da legislação estatal: primeiro as pessoas organizavam-se e formavam as cooperativas ou associações que mais tarde iriam tornar-se uma cooperativa, e só depois surgiria uma lei que a iria disciplinar. Observa-se que, na Inglaterra, a Cooperativa de Rochdale foi criada em 1844, mas a primeira lei surgiu em 1852. Na Alemanha, as cooperativas de crédito e consumo foram criadas em 1849 e a primeira lei só foi editada em 1867.

No Brasil, verifica-se uma tendência intervencionista e conservadora nos sucessivos diplomas legais editados, culminando com a Lei 5.764/71, que impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas, ao invés de auxiliar em seu desenvolvimento, acabou por tornar difícil a sua constituição e funcionamento. Entre as maiores dificuldades legais encontra-se a questão do ato cooperativo e suas interpretações, as Contribuições Sociais, as novidades trazidas pelo Código Civil de 2002 e a necessidade de registro na OCB: a unicidade.

Como ainda não existe um ramo do direito específico para o cooperativismo, que possui regras e procedimentos próprios diferenciando-se de outros ramos, a classificação das sociedades cooperativas como civis ou comerciais e a conseqüente classificação de seus atos entre essas categorias têm contribuído para o não entendimento necessário ao ato cooperativo, gerando diversas contendas, principalmente nas áreas tributária e trabalhista. A compreensão da exata natureza do ato cooperativo e suas peculiaridades ajudaria esses ramos do direito a especificar suas normas de modo a abrangê-lo nas suas verdadeiras características, ao invés de considerá-los simplesmente como atos civis ou comerciais.

A idéia cooperativista é algo que tem evoluído através dos tempos e das diversas experiências práticas, é um movimento que se constrói a partir de suas diferenças e pluralidade, sempre objetivando a melhoria sócio-econômica da sociedade. Na atualidade, para que funcione e se desenvolva ela precisa de liberdade e ajuda governamental. Assim, o Estado precisa equilibrar sua atuação em relação às sociedades cooperativas, contribuindo para que seja possível o aumento de tal empreendimento no país, sem estrangular burocraticamente sua força.

Como regra geral, as pessoas buscam individualmente uma saída qualquer para suas dificuldades. Em sua luta individual pela libertação, o homem se esquece de fatores fundamentais, como o fato de haver mais gente em igual situação e passa a agir de forma solitária num contexto em que a ação coletiva tenderia a ser muito mais eficaz.

A questão da burocracia deveria ser analisada apenas como algo garantidor do bom funcionamento do sistema, como forma de prevenção a fraudes e até mesmo como um dispositivo guia para a correta gestação e formação da sociedade cooperativa. Se não está sendo assim, faz-se necessário verificar as possibilidades de aparar algumas arestas legais e, simultaneamente, criar dentro

do Poder Executivo um órgão capaz de dar vazão às necessidades das sociedades cooperativas como forma de executar o mandamento constitucional de apoio a elas.

Referências Bibliográficas:

BULGARELLI, Waldirio. *As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GEDIEL, José Antônio Peres; SILVA, Eduardo Faria. Parecer. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: editora Brasiliense, 1982

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAUAD, Marcelo. *Cooperativas de Trabalho: sua relação com o direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

Morin, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Unesco, 1999/2000.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo: um horizonte possível. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966a.

Bolsa: FAPESP